

Resolução

Plenário Nacional de Sindicatos da Frente Comum

Exigimos mais investimento nos serviços públicos e respostas para os problemas dos trabalhadores

Contrariamente à propaganda do governo, a realidade com que a maioria dos trabalhadores da Administração Pública se confronta é a da perda de rendimentos e do poder de compra, da desvalorização ou valorização insuficiente das carreiras e dos salários, fruto da ausência de respostas, de processos negociais enviesados ou insuficientes.

As políticas deste governo não valorizam o trabalho e não garantem o reforço e a qualidade dos Serviços Públicos.

Exemplo claro destas políticas de desinvestimento nos Serviços Públicos e nas Funções Sociais do Estado, é a recente aprovação do regresso das Parcerias Público-Privadas na Saúde que, como o passado recente demonstrou, não são meios de reforço do SNS, são, antes, instrumentos para o seu desmantelamento e para a fuga de capitais do sector público para o privado.

Também na Educação, o conselho de ministros aprovou a celebração de novos contratos de associação com o sector social para abertura de mais 200 salas da educação pré-escolar apostando na continuação da privatização da educação pré-escolar, em vez de resolver as necessidades das famílias e do país através da expansão da rede pública.

Desmentindo a propaganda do governo, que insiste em repetir até à exaustão que melhorou, significativamente, a vida dos trabalhadores da Administração Pública, está o número crescente de trabalhadores com vínculos precários, ultrapassando já os 90 000; os baixos salários praticados; a manutenção dos elementos mais negativos do SIADAP, nomeadamente as quotas e a

impossibilidade de atingir os topos de carreiras; e a estagnação de dezenas de carreiras profissionais, gerais e especiais, atirando os seus trabalhadores à desvalorização salarial e profissional.

A Frente Comum apresentou ao governo a sua Proposta Reivindicativa Comum para 2025, cuja concretização será determinante para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores da Administração Pública e para o reforço dos Serviços Públicos.

O governo agora demitido e perante a realização de eleições antecipadas, torna-se, ainda mais pertinente a discussão das reivindicações dos trabalhadores, a exigência de respostas aos problemas que identificamos e o envolvimento dos trabalhadores na luta.

Assim, a Frente Comum e os Sindicatos presentes no Plenário Nacional, realizado em frente à Residência Oficial do Primeiro-Ministro decidem:

- 1- Dar continuidade à luta pelo reforço dos Serviços Públicos e pela valorização de todos os trabalhadores, aposentados e pensionistas da Administração Pública;
- 2- Continuar a luta pelo reforço dos Serviços Públicos, rejeitando o caminho de desresponsabilização do Estado em sectores essenciais, nomeadamente na Saúde, Educação e Segurança Social;
- 3- Exigir resposta à PRC 2025, seja qual for o governo, garantindo desde já o significativo aumento intercalar de todos os salários e pensões;
- 4- Esclarecer os trabalhadores da Administração Pública da importância de levar a sua luta, por melhores condições de vida e de trabalho, até ao voto!

Esta resolução será entregue ao 1º Ministro e aos Grupos Parlamentares.

Frente Comum, 14 de Março de 2025

NOVA MORADA

Av. Engº Arantes e Oliveira, 3 - 1º A
1900-221 Lisboa
Tel.: 213 172 480
Email: fnstfps@fnstfps.pt

www.frentecomum.com